



unifaema

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAEMA – UNIFAEMA

JULIANI SOARES DE MIRANDA

LUCILENE PINHEIRO DA SILVA

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PESSOA IDOSA MORADORA RURAL E A
APLICABILIDADE PELO ENFERMEIRO**

**ARIQUEMES - RO
2024**

Assinado digitalmente por: ELIS MILENA FERREIRA DO CARMO
RAMOS
Razão: Coordenadora Enfermagem - Portaria
012/2024/GPM/UNIDAS
Localização: Centro Universitário UNIFAEMA
O tempo: 28-11-2024 22:12:28

JULIANI SOARES DE MIRANDA

LUCILENE PINHEIRO DA SILVA

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PESSOA IDOSA MORADORA RURAL E A
APLICABILIDADE PELO ENFERMEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Enfermagem do Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA como pré-requisito para obtenção do título de bacharel em Enfermagem.

Orientador (a): Prof^ª. Ms^ª. Thays Dutra Chiarato Veríssimo.

**ARIQUEMES - RO
2024**

FICHA CATALOGRÁFICA
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M672p Miranda, Juliani Soares de.

Políticas públicas para a pessoa idosa moradora rural e a aplicabilidade pelo enfermeiro. / Juliani Soares de Miranda, Lucilene Pinheiro da Silva. Ariquemes, RO: Centro Universitário Faema - UNIFAEMA, 2024.

30 f.

Orientadora: Profa. Ma. Thays Dutra Chiarato Veríssimo. Trabalho de Conclusão de Curso - Bacharelado em Enfermagem - Centro Universitário Faema - UNIFAEMA, Ariquemes/RO, 2024.

1. Políticas públicas de saúde. 2. Pessoa idosa. 3. Enfermeiro. 4. População rural. 5. Assistência domiciliar. I. Título. II. Silva, Lucilene Pinheiro da. III.

Bibliotecária Responsável Isabelle
da Silva Souza CRB 1148/11

JULIANI SOARES DE MIRANDA

LUCILENE PINHEIRO DA SILVA

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PESSOA IDOSA MORADORA RURAL E A
APLICABILIDADE PELO ENFERMEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Enfermagem do Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA como pré-requisito para obtenção do título de bacharel em Enfermagem.

Orientador (a): Prof^ª. Ms^ª. Thays Dutra Chiarato Veríssimo.

BANCA EXAMINADORA

Assinado digitalmente por: THAYS DUTRA CHIARATO
Razão: Docente
Localização: Centro Universitário Faema UNIFAEMA
O tempo: 28-11-2024 23:01:28

Prof^ª. Ms^ª. Thays Dutra Chiarato Veríssimo
UNIFAEMA

Assinado digitalmente por: ELIS MILENA FERREIRA DO CARMO RAMOS
Razão: Coordenadora Enfermagem - Portaria 012/2024/GPM/UNIDAS
Localização: Centro Universitário UNIFAEMA
O tempo: 28-11-2024 22:11:13

Prof. Ma. Elis Milena Ferreira do Carmo
UNIFAEMA

Assinado digitalmente por:
JAQUELINE CORDEIRO BRANTI
O tempo: 29-11-2024 12:18:44

Prof. Esp. Jaqueline Cordeiro Branti
UNIFAEMA

ARIQUEMES – RO
2024

Dedicamos este trabalho aos nossos amigos e familiares, que me apoiaram e incentivaram a seguir em frente com nossos objetivos.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus por nos conceder a realizar esse grande sonho e por ter nos dado forças.

Agradecemos nossas famílias pelo amor e apoio incondicional.

Agradecemos a nossa orientadora Thays Dutra Chiarato Veríssimo e aos demais docentes que contribuíram em nossa graduação.

Enfim, a todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para a realização de mais um sonho.

Enfermagem é a arte de cuidar incondicionalmente, é cuidar de alguém que você nunca viu na vida, mas mesmo assim, ajudar e fazer o melhor por ela. Não se pode fazer isso apenas por dinheiro...Isso se faz por e com amor!

Angélica Tavares

LISTA DE ABREVIATURAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
DECS	Descritores em Ciências da Saúde
ESF	Estratégia Saúde da Família
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LILACS	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde
PNAB	Política Nacional de Atenção Básica
PNAS	Programa Nacional de Assistência Social
PNSPI	Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa
SCIELO	Scientific Electronic Library Online

RESUMO

As políticas públicas destinadas às pessoas idosas no Brasil tem como propósito assegurar direitos, proteção e acesso a uma vida com qualidade. Contudo, quando essas políticas são levadas para o contexto rural, enfrentam grandes obstáculos, pois nem sempre estão adequadas à realidade das pessoas idosas que vivem nessas regiões mais afastadas. Este trabalho teve como objetivo discutir as dificuldades na aplicação das políticas públicas de saúde voltadas à pessoa idosa residente em áreas rurais. A pesquisa foi conduzida através de uma revisão bibliográfica, de forma qualitativa e descritiva acerca das pessoas idosas residentes em áreas rurais, além de análise de documentos que fundamentam essas políticas públicas. Os resultados destacam lacunas importantes que limitam o acesso das pessoas idosas rurais aos direitos e serviços garantidos por lei, revelando a necessidade urgente de uma adaptação dessas políticas às particularidades do campo. Assim, conclui-se que a reformulação das estratégias de implementação, considerando as especificidades locais e capacitando profissionais como o enfermeiro, é essencial para que essas políticas possam realmente alcançar e beneficiar a população idosa rural.

Palavras-chave: Políticas públicas de saúde; Pessoa idosa; Enfermeiro; População rural; Assistência domiciliar.

ABSTRACT

Public policies aimed at elderly people in Brazil aim to ensure rights, protection and access to a quality life. However, when these policies are taken to the rural context, they face major obstacles, as they are not always adapted to the reality of elderly people who live in these more remote regions. This work aimed to discuss the difficulties in applying public health policies aimed at elderly people living in rural areas. The research was conducted through a bibliographical review, in a qualitative and descriptive way about elderly people living in rural areas, in addition to analysis of documents that support these public policies. The results highlight important gaps that limit rural elderly people's access to rights and services guaranteed by law, revealing the urgent need to adapt these policies to the particularities of the countryside. Thus, it is concluded that the reformulation of implementation strategies, considering local specificities and training professionals such as nurses, is essential so that these policies can truly reach and benefit the rural elderly population.

Keywords: Public health policies; Elderly person; Nurse; Rural population; Home assistance.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 JUSTIFICATIVA	12
1.2 OBJETIVOS	12
1.2.1 Geral	12
1.2.2 Específicos	13
1.2.3 Hipótese	13
3 REVISÃO DE LITERATURA	15
3.1 ENVELHECIMENTO E SEUS PROCESSOS	15
3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E OS DESAFIOS DE APLICAÇÃO EM ÁREAS RURAIS	18
3.3 ESTRATÉGIAS PARA A EFICÁCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE PARA IDOSOS NA ZONA RURAL: IMPORTÂNCIA DO ENFERMEIRO	21
CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS	27

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é um fenômeno demográfico de relevância mundial, que tem suscitado debates e reflexões sobre suas implicações nas mais diversas esferas da sociedade. O Brasil, que tradicionalmente apresentava uma população majoritariamente jovem, agora enfrenta um crescimento acelerado da população idosa, visto que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), estima-se que até 2030 a população idosa ultrapassará o número de crianças e adolescentes, caracterizando um verdadeiro desafio para a formulação de políticas públicas que possam acompanhar e atender às necessidades desta nova configuração demográfica.

A questão do envelhecimento adquire contornos ainda mais complexos quando se considera a população idosa residente em áreas rurais. Nessas regiões, os desafios associados ao processo de envelhecimento são amplificados por fatores como o isolamento geográfico, a precariedade de infraestrutura, e a escassez de serviços de saúde adequados. Além disso, a migração dos jovens para os centros urbanos, em busca de melhores oportunidades, agrava a situação de vulnerabilidade das pessoas idosas que permanecem nas zonas rurais, muitas vezes desassistidos e invisibilizados pelas políticas públicas tradicionais (Alcântara; Camarano; Giocomin, 2016).

Observa-se que os desafios da vulnerabilidade socioeconômica e do isolamento social ocorrem a partir da dependência de atividades agrícolas e pouco acesso a informações sobre seus direitos, podendo representar uma barreira que limita o acesso aos serviços de saúde. Assim, na maioria dos casos essa população não recebe o atendimento desejável para o seu problema de saúde e ficam dependentes do deslocamento até uma cidade maior, ou de campanhas esporádicas em sua região (Nogueira *et al.*, 2020).

No contexto rural, o enfermeiro emerge como um ator fundamental na linha de frente da assistência à saúde e na implementação de políticas públicas direcionadas à pessoa idosa. A atuação do enfermeiro transcende o cuidado direto e envolve também a mediação entre as necessidades da população e a oferta de serviços de

saúde, adaptando as políticas às realidades locais e garantindo que as mesmas sejam acessíveis e eficazes (Miranda; Mendes; Silva, 2016).

Com base nisso, esse trabalho procurou responder o seguinte problema de pesquisa: Quais as dificuldades enfrentadas pela pessoa idosa em áreas rurais no acesso às políticas públicas de saúde. Assim, o objetivo geral foi discutir as dificuldades na aplicação das políticas públicas voltadas à pessoa idosa residente em áreas rurais.

1.1 JUSTIFICATIVA

A distância dos centros urbanos e a dispersão da população dificultam a aplicação dessas políticas, agravadas ainda pela escassez de profissionais de saúde qualificados para atuar nesses locais. Essa pesquisa se justifica pela necessidade urgente de adaptar e aprimorar as políticas públicas voltadas para as pessoas idosas em áreas rurais, já que o Brasil enfrenta um crescimento na demanda por serviços de saúde e assistência social sem que a infraestrutura, especialmente nas zonas mais afastadas, acompanhe essa evolução (IBGE, 2022; Mera; Netto, 2014).

Com a transição demográfica em curso, torna-se imperativo discutir e entender as particularidades do envelhecimento no contexto rural, uma vez que as políticas públicas elaboradas para atender a população urbana muitas vezes não são eficazes quando aplicadas nas zonas rurais. Esse estudo buscou preencher tal lacuna, oferecendo uma análise crítica das políticas existentes e propondo estratégias que possam ser implementadas para assegurar um envelhecimento digno e saudável para as pessoas idosas rurais.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Geral

Discutir as dificuldades na aplicação das políticas públicas de saúde voltadas à pessoa idosa residente em áreas rurais.

1.2.2 Específicos

- Discorrer sobre o processo de envelhecimento e suas implicações biopsicossociais;
- Elencar as políticas públicas existentes voltadas para a população idosa;
- Sugerir formas de atenuar as dificuldades na aplicabilidade dessas políticas para pessoas idosas em áreas rurais.

1.2.3 Hipótese

A hipótese central deste estudo foi de que a dificuldade na aplicação das políticas públicas para a população idosa em áreas rurais é resultado de uma combinação de fatores, como a falta de infraestrutura, a escassez de profissionais de saúde qualificados e o desconhecimento das realidades locais. A atuação do enfermeiro, quando bem orientada e integrada às políticas públicas, pode ser um fator decisivo para superar essas barreiras.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa foi conduzida por meio de uma revisão de literatura de caráter exploratório, caracterizada por utilizar estudos científicos e empíricos para definir conceitos, revisar teorias, evidências e analisar um tema específico. Esse método visa fornecer uma compreensão aprofundada sobre um determinado tema.

Os artigos para a revisão de literatura exploratória foram obtidos através de publicações eletrônicas em bases de dados como *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), PubMed, Google Acadêmico, e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), compreendendo o período de 2014 a 2024.

Os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) utilizadas na busca foram: Políticas públicas de saúde; Pessoa idosa; Enfermeiro; População rural; Assistência domiciliar. A diversidade dos temas abordados nas fontes permitiu uma pesquisa abrangente e resultados significativos.

A busca dos dados foi realizada utilizando as palavras-chave, combinados com operadores booleanos “AND” e “OR”, descritos em português como: 'Políticas Públicas de saúde para Idosos ou Pessoas Idosas', 'População Idosa Rural', 'Aplicabilidade de Políticas de Saúde', 'Enfermagem em Áreas Rurais', 'Saúde do Idoso ou da Pessoa Idosa', e em inglês: 'Public Policies for Elderly', 'Rural Elderly Population', 'Health Policy Applicability', 'Nursing in Rural Areas', 'Elderly Health'.

Os critérios de elegibilidade incluíram estudos que destacam a atuação do enfermeiro na mediação de políticas públicas para a promoção da saúde e bem-estar da população idosa rural. Os critérios de inclusão foram: estudos como metanálise, revisão de literatura, revisão sistemática, estudos prospectivos e randomizados, bem como estudos de caso. Foram considerados estudos publicados em português, inglês e espanhol e o período de tempo foi entre 2014 e 2024, com exceção das leis, programas e políticas públicas do governo federal.

Por outro lado, os critérios de exclusão abrangeram artigos publicados antes de 2014, que não abordaram diretamente a temática em questão, que não estavam disponíveis em acesso livre na íntegra ou que se distanciaram do tema principal.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 ENVELHECIMENTO E SEUS PROCESSOS

Segundo Miranda, Mendes e Silva (2016), o envelhecimento é um processo natural que começa no nascimento e se estende ao longo de toda a vida, mas a forma como ele ocorre pode ser bem diferente entre as pessoas, dependendo de fatores como genética, estilo de vida e ambiente. Do ponto de vista biológico, o envelhecimento traz várias mudanças no corpo, incluindo a redução da capacidade funcional dos órgãos, perda de massa muscular e densidade óssea. Como Miranda, Mendes e Silva (2016) destacam, essas transformações aumentam a vulnerabilidade das pessoas idosas a doenças crônicas e limitações, impactando diretamente sua qualidade de vida.

Estudos apontam que há cinco tipos de envelhecimento, a saber: biológico, cronológico, funcional, psicológico e social. Para uma melhor compreensão, é importante conceituar cada um desses tipos de envelhecimento (Bezerra; Moura, 2021).

Inicialmente, o envelhecimento biológico se relaciona desde o nascimento quando a pessoa passa a desempenhar as funções fisiológicas do corpo humano, que com o tempo, os órgãos e sistemas passam a envelhecer automaticamente de forma dinâmica e irreversível. Contudo, cada pessoa, de acordo com os fatores internos e externos, irá apresentar o seu próprio envelhecimento biológico, o que dependerá de fatores genéticos, nutrição e estilo de vida (Pelegrini *et al.*, 2020).

Pode-se observar que o envelhecimento biológico consiste nas relações entre a genética, a idade biológica, a idade cronológica, estilo de vida e ambiente externo, em que a pessoa idosa passa a sofrer, naturalmente, com o envelhecimento vascular. Os órgãos mais afetados na velhice são: cérebro, coração, pulmões e rins (Oliveira *et al.*, 2022).

Já o envelhecimento cronológico ocorre devido à dificuldade de se definir a idade biológica, em que se passa a mensurar cronologicamente o envelhecimento, definindo comumente a velhice entre 60 e 100 anos. Todavia, assim como no

envelhecimento biológico, cada pessoa, de acordo com o gênero, estilo de vida, personalidade e questões socioeconômicas irá definir o seu próprio envelhecimento cronológico. Neste contexto, ficam mais perceptíveis as condições de saúde, pois, as funções corporais passam a ser comprometidas (Pelegrini *et al.*, 2020).

Enquanto isso, o envelhecimento funcional surge à medida que o indivíduo vai se adaptando com o ambiente, o que engloba sua capacidade funcional para o dia a dia como: trabalhar, comer, vestir-se, entre outras. Ou seja, refere-se à capacidade física e mental para realizar suas próprias atividades e tomar suas próprias decisões de maneira independente. Quando se perde essa funcionalidade, a pessoa passa por vários fatores de riscos como: má alimentação, descuido com a higiene pessoal, potencial risco de quedas, isolamento social, e, conseqüentemente, inúmeras alterações orgânicas (Formiga *et al.*, 2017).

Em relação ao envelhecimento social, se relaciona com as capacidades perceptivas, de memória e de aprendizagem e tudo irá depender da capacidade funcional e o meio em que convive, tendo como princípios norteadores os fatores históricos e socioeconômicos do indivíduo. Tem-se uma expectativa de que de acordo com cada idade cronológica, o indivíduo vá adaptando o seu comportamento. Contudo, este envelhecimento também se apresenta de maneira dinâmica, progressiva e irreversível. Faz-se saber ainda, que uma pessoa com problemas sociais, culturais e econômicos irá envelhecer diferentemente daquelas com papéis sociais diferentes, porque está interligada à biologia, psicologia e sociologia da pessoa (Bezerra; Moura, 2021).

Socialmente, o envelhecimento reflete as condições de vida e as políticas públicas de um país. Em muitos casos, as pessoas idosas em áreas rurais dependem fortemente de suas famílias para apoio, devido à escassez de serviços públicos de saúde e assistência social. No entanto, o envelhecimento da população, associado à migração dos jovens para áreas urbanas em busca de melhores oportunidades tem enfraquecido essas redes de apoio, deixando muitas pessoas idosas em situação de vulnerabilidade (Lopes; Costa, 2017).

Por fim, o envelhecimento psicológico é influenciado pelos aspectos cronológicos e sociais de cada indivíduo, haja vista que o desenvolvimento psíquico e o desenvolvimento da consciência são particulares de cada pessoa. De maneira gradual e progressiva, cada pessoa irá amadurecer e alcançar o autoconhecimento,

dando sentido à sua existência. Alguns fatores afetam o estado psicológico como a perda da funcionalidade, perda de pessoas queridas, conflitos familiares, problemas econômicos e até mesmo a existência de doenças crônicas. Tudo isso, atrelado ao esforço pessoal de cada indivíduo irá acontecer o envelhecimento psicológico (Pelegriani *et al.*, 2020).

Em se tratando do âmbito da saúde, essa etapa da vida requer cuidados muito específicos, uma vez que a cronologia, biologia, psicologia, funcionalidade e sociologia das pessoas idosas se diferem das demais etapas anteriores da vida. Cada uma delas tem um processo histórico e um estilo de vida, onde a somatória de tudo que vivenciou ao longo da sua vida irá influenciar no seu quadro físico, clínico e psicológico (Oliveira *et al.*, 2014).

O processo de envelhecimento, de acordo com Ortolani e Goulart (2015) afeta o sistema cardiovascular de maneira significativa, sendo um dos principais responsáveis pelo aumento da incidência de doenças cardíacas em pessoas idosas. Com o avanço da idade, há um enrijecimento das paredes arteriais devido à perda de elasticidade, o que resulta em um aumento da pressão arterial. Essa alteração contribui para a hipertensão arterial, que, por sua vez, eleva o risco de desenvolver outras doenças como insuficiência cardíaca e aterosclerose. A capacidade do coração de bombear sangue de forma eficiente também diminui, o que leva a uma menor perfusão de oxigênio nos tecidos e órgãos (Ortolani; Goulart, 2015).

Outro sistema diretamente impactado pelo envelhecimento é o respiratório, visto que com o tempo, a elasticidade pulmonar diminui, e os músculos respiratórios, como o diafragma, perdem força. Isso faz com que a capacidade pulmonar total seja reduzida, resultando em uma menor capacidade de troca gasosa. Estudos demonstram que pessoas idosas podem apresentar uma maior propensão a doenças respiratórias, como bronquite crônica e enfisema, devido à redução da função pulmonar e à exposição prolongada a fatores de risco, como o tabagismo. Essa vulnerabilidade pode ser agravada pela menor capacidade de resposta imunológica (Brito *et al.*, 2024).

Por fim, o envelhecimento provoca mudanças significativas no sistema imunológico, um fenômeno conhecido como imunossenescência. Esse processo envolve a diminuição da produção de células imunológicas e a redução da capacidade do organismo de responder a infecções e doenças. Acerca disso, Ramalho, Rodrigues

e Tinoco (2023) destacam que a imunossenescência é um fator crítico no aumento da suscetibilidade das pessoas idosas a infecções, como pneumonia e influenza, além de diminuir a eficácia de vacinas. Segundo os autores, a combinação desses fatores fisiológicos, juntamente com mudanças nos hábitos de vida, aumenta a complexidade do cuidado de saúde para essa população.

Além das mudanças físicas, o envelhecimento também envolve aspectos psicológicos e sociais, tendo em vista que o processo de envelhecimento pode ser acompanhado por desafios emocionais, como a adaptação às mudanças corporais, a perda de entes queridos e a transição para novos papéis sociais. Em áreas rurais, esses desafios são amplificados pelo isolamento social e pela falta de serviços de apoio, o que pode levar ao aumento de casos de depressão e ansiedade entre as pessoas idosas (Lopes; Costa, 2017).

No contexto jurídico, o Estatuto da Pessoa Idosa representa um marco na proteção dos direitos das pessoas idosas no Brasil, garantindo-lhes prioridade no acesso a serviços de saúde, transporte, assistência social e outros benefícios (Brasil, 2003; Brasil, 2022).

Contudo, a efetividade dessas garantias depende da capacidade dos governos de implementar as políticas previstas, o que nem sempre ocorre de maneira adequada em áreas rurais. A dificuldade de acesso, a falta de conhecimento sobre os direitos e a escassez de profissionais capacitados são barreiras significativas para a aplicação das políticas públicas, especialmente em comunidades rurais (Sarmiento *et al.*, 2015).

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E OS DESAFIOS DE APLICAÇÃO EM ÁREAS RURAIS

A população idosa vem crescendo no país, junto a este crescimento, surge a evidente necessidade de se buscar estratégias de melhoria significativa para a assistência à saúde da pessoa idosa, assim como a implementação de políticas públicas para este fim, tendo em vista que as pessoas idosas, principalmente, as que residem em área rural, enfrentam muitas dificuldades de acesso à assistência à saúde e à assistência social (Félix; Pinho, 2023).

A implementação de políticas públicas voltadas para pessoas idosas em áreas rurais do Brasil enfrenta desafios complexos e específicos. Essas políticas, essenciais

para garantir a dignidade e a qualidade de vida dessa população em um contexto de envelhecimento acelerado, são impactadas por barreiras que limitam seu alcance e efetividade (Alcântara; Camarano; Giocomin, 2016).

Desse modo, é importante ressaltar que a pessoa idosa que teve toda sua trajetória de vida no campo, trabalhando no cultivo da terra e manejo com os animais, apresenta um estilo de vida diferente daquela que sempre viveu na cidade. As políticas públicas de saúde devem considerar as dificuldades encontradas pelas pessoas que envelheceram no campo, pois estas não receberam os devidos cuidados e atenção básica de saúde (Soares *et al.*, 2020).

Nota-se que o morador do campo não recebe assistência na saúde, fica aquém dos cuidados médicos, enfrentando além das distâncias geográficas, infraestruturas limitadas e escassez de atendimentos médicos, sendo, portanto, um grande desafio a ser enfrentado no envelhecimento no campo. Diante disso, faz-se necessária a implementação de políticas públicas aplicadas ao morador do campo que ao envelhecer, tenha acesso irrestrito aos cuidados de saúde, desvencilhando-se de barreiras que o dificultam o acesso à assistência médica e com isso alcançando uma garantia de qualidade de vida (Sarmiento *et al.*, 2015).

Observa-se que o envelhecimento populacional é uma crescente preocupação das políticas públicas do país, que analisa e identifica a necessidade de se melhorar as estratégias voltadas para o sistema único de saúde e para a assistência social à pessoa idosa, por se tratar de um grupo que precisa de minuciosa atenção e cuidados (Belik, 2015).

Nesse sentido, para assegurar os direitos básicos e o bem-estar das pessoas idosas, algumas políticas fundamentais foram instituídas, como o Estatuto da Pessoa Idosa (criado pela Lei nº 10.741/2003 e alterado pela Lei nº 14.423/2022), que regulamenta o acesso a serviços de saúde, transporte gratuito e programas de lazer. Contudo, nas regiões rurais, a falta de transporte adequado e a escassez de unidades de saúde tornam difícil o acesso a esses direitos, limitando a capacidade das pessoas idosas de usufruir plenamente dos benefícios disponíveis (Brasil, 2003; Brasil, 2022).

Apesar do Estatuto da Pessoa Idosa estar em vigência há mais de 20 anos, ainda assim enfrenta muita resistência cultural e política. Não se pode negar que diante desse avanço, ainda em processo muito lento, a pessoa idosa vem

conquistando seus direitos e garantias. Porém, pode ser percebido na situação daqueles que moram em áreas rurais, que não lhe é assegurada sua participação na comunidade de maneira eficiente, com dificuldades de assistência à saúde, lazer, cultura, seguridade social, trabalho e habitação, tendo afetada sua dignidade, bem-estar e qualidade de vida (Brasil, 2003).

Quando não se atende às reais necessidades das pessoas idosas da área rural, fere-se os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, bem como os previstos no art. 2º do Estatuto da Pessoa Idosa:

Art. 2º A pessoa idosa goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade (BRASIL, 2022).

Outra política pública significativa é a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI), que visa promover a prevenção e o tratamento de doenças crônicas entre as pessoas idosas. Apesar da intenção de proporcionar um atendimento abrangente em diferentes níveis de cuidado, a falta de equipes de saúde qualificadas e as dificuldades de acesso nas zonas rurais complicam a realização dessas ações (Brasil, 2006).

Já o Programa Nacional de Assistência Social (PNAS) também oferece apoio e benefícios assistenciais, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que é crucial para as pessoas idosas em situação de vulnerabilidade. Entretanto, o isolamento geográfico e o desconhecimento dos direitos por parte das pessoas idosas rurais também configuram barreiras que dificultam o acesso a esses serviços (Brasil, 2004).

Adicionalmente, a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) e a Estratégia Saúde da Família (ESF) desempenham um papel crucial no cuidado básico e preventivo (Brasil, 2017). No entanto, esses programas enfrentam sérios obstáculos nas áreas rurais, como a escassez de profissionais de saúde e as dificuldades de locomoção em regiões isoladas. A ESF, que se baseia em visitas domiciliares, frequentemente não consegue atender todas as comunidades devido a questões

logísticas e à falta de profissionais disponíveis para realizar esse trabalho (Corrêa, 2019).

Essas dificuldades na implementação de políticas públicas estão profundamente ligadas à infraestrutura deficiente e à carência de profissionais qualificados. Estradas em más condições e a ausência de transporte público mantém muitas comunidades isoladas, dificultando o acesso das pessoas idosas aos serviços de saúde e impedindo que os profissionais cheguem a essas localidades remotas (Rodrigues; Ribeiro, 2020).

O isolamento social, por sua vez, contribui para o desconhecimento sobre os direitos e serviços disponíveis, resultando em uma aplicação desigual das políticas entre áreas urbanas e rurais. Portanto, é evidente a necessidade urgente de adaptar as políticas públicas à realidade das zonas rurais, considerando as particularidades e demandas locais das pessoas idosas. Somente dessa forma poderemos garantir que essa população vulnerável tenha acesso aos direitos e serviços a que têm direito (Pires; Lotta; Oliveira, 2018).

Faz-se necessário direcionar as diretrizes da política pública da saúde da pessoa idosa de forma equitativa, tanto área urbana quanto área rural, a fim de se estabelecer os princípios norteadores dos direitos e das garantias fundamentais, bem como proporcionar um envelhecimento ativo, bem-estar, vida saudável, qualidade de vida e atenção integral à saúde (Corrêa, 2019).

3.3 ESTRATÉGIAS PARA A EFICÁCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE PARA IDOSOS NA ZONA RURAL: IMPORTÂNCIA DO ENFERMEIRO

A análise das políticas públicas voltadas ao atendimento das pessoas idosas em áreas rurais evidencia a complexidade dos desafios enfrentados por essa população, especialmente no que se refere ao acesso a serviços de saúde e à efetividade das políticas implantadas. As dificuldades estruturais, como a precariedade da infraestrutura, a escassez de profissionais capacitados e o isolamento geográfico, limitam significativamente a implementação eficaz dessas políticas, resultando em uma desigualdade no atendimento entre as populações urbanas e rurais (Soares *et al.*, 2020).

O atendimento às pessoas idosas em áreas rurais, no contexto das políticas públicas de saúde enfrenta desafios que exigem atenção especial para assegurar uma vida digna e saudável a essa população. Embora as dificuldades na aplicação dessas políticas sejam numerosas, há diversas estratégias que podem ser implementadas para superá-las (Belik, 2015).

O papel do enfermeiro é fundamental nesse cenário, já que muitas vezes ele é o principal agente de saúde presente nessas comunidades. Além de oferecer cuidados diretos, este profissional atua como um educador e facilitador, possibilitando o acesso das pessoas idosas aos serviços de saúde e orientando-os sobre seus direitos (Miranda; Mendes; Silva, 2016).

Para que o enfermeiro desempenhe essa função de forma efetiva, é crucial que sua formação inicial seja complementada por treinamentos que abordam as particularidades do contexto rural. Isso envolve o aprendizado sobre como gerenciar recursos limitados, utilizar tecnologias de comunicação e sensibilizar-se para a diversidade cultural das comunidades atendidas. Investir em educação continuada pode gerar impactos positivos imediatos, preparando os enfermeiros para enfrentar os desafios desse ambiente e transformá-los em defensores dos direitos das pessoas idosas (Corrêa, 2019).

A melhoria da infraestrutura de saúde nas regiões rurais também é essencial, pois a construção de unidades de saúde em locais estratégicos e o fortalecimento de redes de apoio comunitário são passos fundamentais para facilitar o acesso das pessoas idosas aos serviços de saúde. A tecnologia digital, como as plataformas de telemedicina, pode oferecer soluções viáveis para contornar o isolamento geográfico. Contudo, para que isso aconteça, é preciso investir em infraestrutura e na capacitação digital tanto de profissionais quanto de pacientes, garantindo que todos possam usar essas ferramentas de maneira eficaz (Rodrigues; Ribeiro, 2020).

Além disso, é vital promover a conscientização das pessoas idosas sobre seus direitos e sobre os serviços de saúde que estão disponíveis. Campanhas informativas que respeitem as realidades culturais das comunidades rurais são necessárias, considerando o nível de escolaridade e as particularidades linguísticas locais. A participação dos enfermeiros nessas campanhas é fundamental, pois eles possuem a confiança da comunidade e podem comunicar informações de maneira clara e acessível (Vieira *et al.*, 2015).

Outra estratégia importante é fomentar ações de mobilização comunitária, tendo em vista que quando a comunidade é envolvida nas decisões relacionadas à saúde, a eficácia das políticas públicas tende a aumentar. A participação ativa das pessoas idosas e de suas famílias no planejamento e na implementação dos serviços é crucial, pois assim as iniciativas se tornam mais relevantes e são melhor aproveitadas. Nesse contexto, o enfermeiro deve atuar como um defensor dos direitos das pessoas idosas, promovendo a criação de grupos de apoio e associações que amplifiquem a voz dessa população (Brasil, 2006; Corrêa, 2019).

Assim, observa-se que a eficácia das políticas públicas de saúde voltadas para as pessoas idosas em áreas rurais pode estar diretamente relacionada à capacitação dos profissionais de saúde, à melhoria da infraestrutura, à conscientização da população e à mobilização comunitária. Quando essas estratégias são implementadas de maneira integrada e harmoniosa, tem o potencial de provocar melhorias significativas na qualidade de vida das pessoas idosas, garantindo que elas tenham acesso a cuidados adequados e a uma vida digna (Garbaccio *et al.*, 2018).

Evidencia-se que o enfermeiro, como um dos poucos profissionais de saúde presentes de maneira constante nas comunidades rurais, desempenha um papel crucial na implementação e adaptação das políticas públicas de saúde para a realidade do campo. A atuação do enfermeiro vai além da prestação de cuidados diretos; ele é um elo entre a política pública e a prática local, sendo capaz de identificar as necessidades específicas das pessoas idosas e adaptar as intervenções de acordo com as particularidades de cada comunidade (Barros; Sousa; Batista, 2019).

O papel do enfermeiro, como um agente crucial na mediação dessas políticas, se destaca pela sua capacidade de adaptar as diretrizes gerais às realidades locais, promovendo o acesso das pessoas idosas aos cuidados de saúde, ainda que em condições adversas. Contudo, o sucesso dessa mediação depende diretamente de investimentos em capacitação contínua, infraestrutura de saúde e tecnologias que superem as distâncias físicas e sociais impostas pelo ambiente rural (Silva *et al.*, 2021).

Dentro da dinâmica da saúde pública, a enfermagem deverá propor e estabelecer ações que possam atender às necessidades das pessoas idosas rurais, com planejamento e práticas assistenciais primárias à saúde que visam prevenir ou

curar doenças, atendimentos de urgência e emergência, suporte clínico, vacinação, dentre outros procedimentos (Llano *et al.*, 2017).

Por se tratar de atendimentos em lugares, muitas vezes longínquos ou de difícil acesso, o enfermeiro precisa estar preparado e ter estratégias que possam suprir de maneira eficiente as necessidades individuais de cada pessoa idosa que irá atender em área rural, tais como avaliações clínicas, consultas, assistência domiciliar, tratamento, administração de medicações, proporcionando uma abordagem humanizada e holística, ou seja, cuidado integral da pessoa idosa (Soares *et al.*, 2020).

Diante desse cenário, torna-se imprescindível que o Estado e os gestores de saúde pública priorizem a adaptação das políticas às especificidades regionais, promovendo um maior equilíbrio na distribuição de recursos e garantindo que os profissionais, especialmente os enfermeiros, estejam adequadamente preparados para enfrentar os desafios desse contexto. A integração de tecnologias digitais, como a telemedicina, e a implementação de campanhas de conscientização podem ser ferramentas estratégicas para diminuir as barreiras ao acesso das pessoas idosas rurais aos serviços de saúde e aos seus direitos (Sarmiento *et al.*, 2015).

Nesse sentido, é fundamental reconhecer que a eficácia das políticas públicas para pessoas idosas em áreas rurais depende de um esforço conjunto entre governo, profissionais de saúde e comunidades. Apenas com uma abordagem integrada será possível reduzir as desigualdades entre a qualidade de vida das pessoas idosas rurais e urbanas, promovendo uma velhice mais digna, saudável e inclusiva para todos (Alcântara; Camarano; Giocomin, 2016).

Com isso, fica compreendido que a efetividade das políticas públicas não apenas reflete a qualidade dos serviços prestados, mas também demonstra a valorização e o respeito pelos direitos das pessoas idosas, permitindo que essa população viva com autonomia e dignidade em suas comunidades rurais (Sarmiento *et al.*, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como objetivo discutir as dificuldades na aplicação das políticas públicas de saúde voltadas à pessoa idosa residente em áreas rurais. A hipótese levantada se confirmou: as barreiras estruturais, sociais e geográficas são limitadoras, mas com estratégias adequadas e adaptações locais; é possível otimizar a aplicação das políticas públicas, garantindo que a população idosa rural tenha acesso equitativo aos benefícios a que têm direito.

Com isso foi evidenciado que o enfermeiro tem se mostrado um dos principais profissionais de saúde que se destaca no fornecimento de assistência em saúde ao idoso residente em zonas rurais, mesmo diante de todas as barreiras identificadas. Esse profissional precisa ser qualificado e saber conduzir sua prática com recursos limitados e compreendendo as necessidades individuais de cada paciente.

Assim, é preciso enfatizar que as políticas públicas de saúde à pessoa idosa da zona rural precisam estar sujeitas a um árduo processo de evolução, que deve envolver aspectos infraestruturais, de acessibilidade e de recursos humanos necessários para possibilitar uma assistência equânime e integral ao idoso. Entretanto, tal processo se mostra emergente, diante do rápido envelhecimento populacional e do aumento das demandas sociais e de saúde da pessoa idosa.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira; CAMARANO, Ana Amélia; GIOCOMIN, Karla Cristina. **Política nacional do idoso: velhas e novas questões**. 1 ed. Rio de Janeiro: Ipea, 2016, 615p. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7253>. Acesso em: 14 ago. 2024.

BARROS, Édna Patrícia Silva; DE SOUSA, Eliana Alves; BATISTA, Nelson Jorge Carvalho. A assistência de enfermagem na atenção primária à população idosa da zona rural. **Revista Científica Multidisciplinar**, v. 3, n. 1, 2022. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/2350>. Acesso em: 01 set. 2024.

BELIK, Walter. A heterogeneidade e suas implicações para as políticas públicas no rural brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, n. 1, p. 9-30, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/JDwvZQMwJMJGBL99hjyTW6F/?format=html>. Acesso em: 01 set. 2024.

BEZERRA, Patricia Araújo; NUNES, José Walter; MOURA, Leides Barroso de Azevedo. Envelhecimento e isolamento social: uma revisão integrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 34, n. 1, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/yWmVrhzcDq8mfZCvLFfj8yq>. Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial, Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Institui o Estatuto do Idoso. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa Nacional de Assistência Social**. Ministério da Saúde. Brasília: 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Envelhecimento e saúde da pessoa idosa**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 192p. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_saude_pessoa_idosa.pdf. Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. **Portaria nº 2.528, de 19 de outubro de 2006**. Diário Oficial da União, Brasília, 2006.

BRASIL. Política Nacional de Atenção Básica - PNAB. **Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017**. Diário Oficial, Brasília, 2017.

BRASIL. **Lei nº 14.423, de 22 de julho de 2022**. Altera o Estatuto da Pessoa Idosa. Diário Oficial da União, Brasília, 2022.

BRITO, Monique Benetti et al. Assistência de enfermagem ao paciente idoso. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 7, n. 3, 2024. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/70887>. Acesso em: 14 ago. 2024.

CORRÊA, Virgínia da Silva. **Formação-ação em saúde, ambiente e trabalho: uma estratégia para a implementação da Política Nacional de Saúde Integral das populações do campo, da floresta e das águas**. 2019. Dissertação (Mestrado) - Fundação Oswaldo Cruz, Brasília, 2019. 168f. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/49594>. Acesso em: 30 out. 2024.

FELIX, Jaqueline Falcão; PINHO, Silvia Teixeira de. Além dos limites urbanos: repensando políticas de saúde para idosos do campo. **Saúde Coletiva**, v. 27, n. 127, 2023. Disponível em: <https://revistaft.com.br/alem-dos-limites-urbanos-repensando-politicas-de-saude-para-idosos-do-campo/>. Acesso em: 14 ago. 2024.

FORMIGA, Laura Maria Feitosa et al. Envelhecimento ativo: revisão integrativa. **Revista Interdisciplinar Ciências e Saúde-Rics**, v. 4, n. 2, 2017. Disponível em: <https://comunicata.ufpi.br/index.php/rics/article/view/3854>. Acesso em: 01 set. 2024.

GARBACCIO, Juliana Ladeira et al. Envelhecimento e qualidade de vida de idosos residentes da zona rural. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 71, n. 2, p. 724-732, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/pC3sjdGyJnPbyC9PXygQRrF/?lang=pt>. Acesso em: 14 ago. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 14 ago. 2024.

LLANO, Patrícia Mirapalheta Pereira de et al. Fragilidade em idosos da zona rural: proposta de algoritmo de cuidados. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 30, n. 5, p. 520-530, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/S3Vg79cjcqCYxB5DnRgr6RM/>. Acesso em: 14 ago. 2024.

LOPES, R. A.; COSTA, A. L. **Psicologia do envelhecimento**. 1 ed. São Paulo: Editora XYZ, 2017.

MERA, Claudia Maria Prudêncio de; NETTO, Carlos Guilherme Adalberto Mielitz. Envelhecimento dos produtores no meio rural na região do Alto Jacuí/RS e consequente migração. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, v. 19, n. 3, 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/RevEnvelhecer/article/download/42871/33284/222334>. Acesso em: 30 out. 2024.

MIRANDA, Gabriella Moraes Duarte; MENDES, Antonio da Cruz Gouveia; SILVA, Ana Lucia Andrade da. O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras. **Revista brasileira de geriatria e gerontologia**, v. 19, p. 507-519, 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbgg/a/MT7nmJPPRt9W8vndq8dpzDP/?lang=pt>. Acesso em: 14 ago. 2024.

NOGUEIRA, M. C. et al. **Envelhecimento e saúde: perspectivas biopsicossociais**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora ABC, 2020.

OLIVEIRA, Antonio Deusivam de et al. A intersectorialidade nas políticas públicas para o envelhecimento no Brasil. **Revista Kairós-Gerontologia**, v. 17, n. 2, p. 91-103, 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/kairos/article/view/21278>. Acesso em: 30 out. 2024.

OLIVEIRA, Adriana Camargo et al. Envelhecimento Vascular e Rigidez Arterial. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 119, n. 4, p. 604-615, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/abc/a/rHfw5Mt6ZmjGdWQdST86WQx/>. Acesso em: 30 out. 2024.

ORTOLANI, Fátima Pedro Barbosa; GOULART, Rita Maria Monteiro. Doenças cardiovasculares e estado nutricional no envelhecimento: produção científica sobre o tema. **Revista Kairós-Gerontologia**, v. 18, n. 1, p. 307-324, 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/kairos/article/view/26063>. Acesso em: 30 out. 2024.

PELEGRINI, Lucas Nogueira de Carvalho et al. **Temas sobre envelhecimento: atividades cognitivas para idosos**. 1 ed. São Carlos: RiMa Editora, 2020.

PIRES, Roberto; LOTTA, Gabriela; OLIVEIRA, Vanessa Elias de. **Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas**. 1 ed. Brasília: Ipea: Enap, 2018

RAMALHO, Juliana da Silva; RODRIGUES, Valnei Lidiano; TINOCO, Michelle Messias. O papel da enfermagem nos cuidados com os pacientes idosos. **Revista Ibero-americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 9, p. 788-801, 2023. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/11215>. Acesso em: 14 ago. 2024.

RODRIGUES, Érica Fernandes; RIBEIRO, Adalgisa Peixoto. Ações intersectoriais para implementação de políticas públicas dirigidas às populações do campo, da floresta e das águas no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 5, 2020. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/csp/v36n5/1678-4464-csp-36-05-e00030620.pdf>. Acesso em: 01 set. 2024.

SARMENTO, Rackynelly Alves et al. Determinantes socioambientais e saúde: O Brasil rural versus o Brasil urbano. **Actas de Saúde Coletiva**, v. 9, n. 2, p. ág. 221-235, 2015. Disponível em: <http://tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/view/1718>. Acesso em: 30 out. 2024.

SILVA, Bruno Neves da et al. Estado da arte da produção stricto sensu da enfermagem brasileira sobre saúde da população rural. **Escola Anna Nery**, v. 25, n. 4, 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ean/a/4Hq8Nfc8Wr5ZFyjn546mXnq/?lang=pt>. Acesso em: 14 ago. 2024.

SOARES, Amanda Nathale et al. Cuidado em saúde às populações rurais: perspectivas e práticas de agentes comunitários de saúde. **Revista de Saúde Coletiva**, v. 30, n. 3, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/physis/a/HmLCdCPxhqRMT4RX3kwf6Xt/?lang=pt>. Acesso em: 01 set. 2024.

VIEIRA, Gilson de Bitencourt et al. O conhecimento da pessoa idosa sobre seus direitos de acesso ao cuidado em saúde. **Ciência, Cuidado e Saúde**, v. 14, n. 4, p. 1528-1536, 2015. Disponível em:

<https://pdfs.semanticscholar.org/550c/7b8fc2df5826c157bf45636d1fe38771f6f9.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2024.

RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO DE PLÁGIO

DISCENTE: Juliani Soares de Miranda, Lucilene Pinheiro da Silva.

CURSO: Enfermagem

DATA DE ANÁLISE: 06.11.2024

RESULTADO DA ANÁLISE

Estatísticas

Suspeitas na Internet: **3,08%**

Percentual do texto com expressões localizadas na internet [▲](#)

Suspeitas confirmadas: **2,7%**

Confirmada existência dos trechos suspeitos nos endereços encontrados [▲](#)

Texto analisado: **94,23%**

Percentual do texto efetivamente analisado (frases curtas, caracteres especiais, texto quebrado não são analisados).

Sucesso da análise: **100%**

Percentual das pesquisas com sucesso, indica a qualidade da análise, quanto maior, melhor.

Analisado por Plagius - Detector de Plágio 2.9.6
terça-feira, 06 de novembro de 2024

PARECER FINAL

Declaro para devidos fins, que o trabalho das discentes JULIANI SOARES DE MIRANDA, n. de matrícula **19212**, e LUCILENE PINHEIRO DA SILVA n. de matrícula **17187**, do curso de Enfermagem, foi aprovado na verificação de plágio, com porcentagem conferida em 3,08%. Devendo as alunas realizarem as correções necessárias.

Assinado digitalmente por: ISABELLE DA SILVA SOUZA
Razão: Responsável pelo documento
Localização: UNIFAEMA - Ariqueme/RO
O tempo: 12-11-2024 22:19:00

ISABELLE DA SILVA SOUZA
Bibliotecária CRB 1148/11
Biblioteca Central Júlio Bordignon
Centro Universitário Faema – UNIFAEMA